

DEVASTAÇÃO

Como operam as multinacionais e as empresas de exportação que enviam para Estados Unidos, Europa e Ásia a madeira retirada ilegalmente da Floresta Amazônica.

O comércio predatório envolve desde lojas francesas do segmento 'faça você mesmo' até fornecedor de produtos para shows televisivos americanos sobre reformas residenciais.



Pátio de empresa fantasma localizada em Anapu (PA) : 100% de madeira

S/A



ilegal, toda ela para exportação

Em 2007, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou quase R\$ 1 bilhão em multas contra o desmatamento ilegal na Amazônia. Em 2008, só no Pará foram aplicadas multas no valor de R\$ 600 milhões. Não é novidade que a madeira oriunda da Amazônia é, em sua maior parte, obtida de forma ilegal. As multas são um exemplo disso, já que uma ínfima parcela de madeira ilegal é apreendida.

Estimativas do Ibama, do Ministério Público, do Greenpeace e do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) apontam que apenas um terço da madeira extraída da floresta está de acordo com as leis. A maior parte sai de terras indígenas ou de reservas de forma ilegal. O processo está contaminado pela corrupção de funcionários públicos. No Pará, por onde sai a madeira exportada via porto de Belém, a corrupção funciona até mesmo dentro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

Duas autoridades confirmam a denúncia: o procurador regional da República do Pará, Daniel Avelino, e o superintendente do Ibama no estado, Aníbal Picanço. “Pessoas inescrupulosas, incluindo servidores da própria Sema, têm aprovado planos de manejo fora dos padrões normais”, diz Picanço. “Aprovam planos em áreas onde não existe mais vegetação ou onde há apenas espécies de madeira que não são comercializadas”.

Segundo o procurador da República, a fraude envolve desde a invasão do sistema da Sema por hackers até a corrupção de funcionários públicos para inserção de número maior de créditos ou para a aprovação de planos de manejo que fogem dos critérios mínimos de viabilidade: “Há uma forte inserção de créditos de madeira falsos dentro do sistema, das mais variadas formas possíveis”.

Caça Fantasmas

Empresas de fachada são montadas com facilidade para “esquentar” madeiras de origem ilegal. Lojas de autopeças, oficinas mecânicas, residências e terrenos baldios são utilizados no esquema. Em apenas um mês, entre fevereiro e março de 2009, a operação Caça Fantasmas, realizada por Ibama, Sema e Ministério Público, bloqueou mais de 100 dessas empresas em Belém e na região metropolitana. As multas aplicadas na operação somavam, até o primeiro trimestre do ano, mais de R\$ 100 milhões, enquanto a movimentação feita por essas empresas em 2008 ultrapassava R\$ 250 milhões.

Atualmente o Pará é o segundo estado brasileiro que mais compra madeira de outros estados, atrás apenas de São Paulo. Acontece que a maior parte dessa madeira nunca é de fato transportada de um estado para outro. As operações ficam no papel. O que as empresas querem não é madeira, mas crédito de madeira, o papel que autoriza a comercialização.

“Elas compram o crédito de outros estados, mas a madeira não vem, até porque não há viabilidade econômica nenhuma para essa operação”, confirma o procurador da República. “Com esses créditos, consegue-se comercializar madeira de terra ilícita, como de terra indígena, de área de conservação, de planos de manejo não aprovados”. Conforme Avelino, o órgão ambiental é responsável por fazer a conferência de toda a madeira que chega ao estado e inserir os créditos no sistema, mas isso não acontece.

A desculpa da reforma agrária

No final de 2008, até o Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Inkra) entrou para o esquema. Denunciada pelo Jornal Nacional da Rede Globo no final de janeiro, uma fraude milionária de exploração irregular de madeira no Pará envolveu assentamentos, madeireiros da região e a Sema.

Segundo a denúncia, planos de manejo florestal que não existiam eram aprovados pela Sema. Além de os assentamentos não possuírem florestas, a madeira autorizada era retirada de outros lugares, distantes e por madeireiros. Ao todo, foi autorizada a retirada de 109 mil metros cúbicos de madeira nos assentamentos do Incra. O volume representa cerca de 20 mil árvores, que renderiam mais de R\$ 30 milhões. Na época, o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, reconheceu a fraude e confirmou que várias empresas haviam movimentado mais de 10% do total autorizado pela Sema antes de o problema se tornar público.

Em 2007, o Greenpeace já havia denunciado o Incra por facilitar a atuação das madeireiras em áreas de assentamentos rurais no Pará. Segundo documentos obtidos pela organização, o Incra favorecia o estabelecimento de parcerias entre madeireiras e supostas associações de assentados. Em vez de criar assentamentos em áreas griladas ou já desmatadas, o órgão foi acusado de desrespeitar normas e acelerar a criação de dezenas de assentamentos em áreas ricas em recursos madeireiros.

A denúncia, que culminou no pedido, pelo Ministério Público do Pará, de cancelamento de 99 assentamentos criados no estado entre 2005 e 2006, incluía assentamentos-fantasma, renda da exploração da madeira às empresas e escolha, por parte das madeireiras, de áreas para criação dos assentamentos. Este último delito foi confirmado por depoimento de madeireiros à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Biopirataria em 2006. Segundo a denúncia, as áreas dos as-



Madeira apreendida no pátio da Madeball. A empresa já foi lacrada pelo Ibama mas



continua trabalhando com madeira ilegal.

sentamentos eram escolhidas de acordo com a disponibilidade de madeira de maior valor comercial.

Aproveitando a brecha

Este esquema foi utilizado pela madeireira Madeball. Localizada em Anapu, município do Pará onde, em 2005, foi assassinada a missionária norte-americana Dorothy Stang, a empresa foi multada e teve madeira apreendida diversas vezes, inclusive por envolvimento com associações de assentados. Em 2006, a Madeball chegou a ser lacrada pelo Ibama por funcionar sem licença de operação e por armazenar, sem origem comprovada, centenas de metros cúbicos de jatobá, ipê, tatajuba, angelim, sucupira, cedro e muiracatiara. A empresa empregou recursos judiciais para reverter a situação e pouco tempo depois recomeçou a operar. Os processos ainda não foram julgados e, com a demora, dois deles já prescreveram.

A madeireira também consta na lista das ouvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Biopirataria. Em 2006, a Comissão investigou os indícios da concessão, pelo Ibama, de Autorizações de Desmatamento (ADMs) irregulares em troca de apoio financeiro para campanhas políticas. Denominado “Plano Safra Legal 2004”, o esquema, organizado por Ibama, Incra, madeireiros e organizações representativas dos trabalhadores rurais, teria possibilitado ADMs para lotes de assentamentos rurais onde não havia mais madeira, mas que eram usados para encobrir cortes ilegais em outras áreas.

Entre 2005 e 2008, o Ibama aplicou à Madeball nove autos de infração, dos quais sete ainda estão em julgamento. Incluem venda de madeira serrada sem autorização de transporte, comercialização e armazenamento de madeira sem licença e comprovação de origem. Considerando apenas a última autuação, em janeiro

de 2008, a empresa foi multada em quase R\$ 810 mil. Somadas, as infrações ainda não pagas contabilizam cerca de R\$ 1,5 milhão.

Silvino Gomes Barros, sócio da empresa, confirma todas as autuações. Embora afirme que, desde o ano passado, trabalha apenas com madeira legalizada, reforça que a compra de madeira de assentamentos e sem comprovante de origem é uma prática comum na região. “As vezes em que fui multado foram por ter madeira sem documento, madeira ilegal”, diz. “Isso não é certo, de maneira nenhuma, mas eu fiz porque aqui todo mundo trabalha assim, todo mundo compra madeira assim”.

A Madeball, assim como outras dezenas de madeireiras no Pará, continua operando, mesmo com pendências nos órgãos ambientais. Conforme o Ibama, o Ministério Público e a Sema, são poucas as situações em que a empresa é fechada definitivamente. Na maioria das vezes há a possibilidade de entrar com recursos até que o caso seja julgado. Nesses casos, o máximo que se pode fazer, segundo o Ibama, é a apreensão da madeira ilegal.

Cortina de sustentabilidade

As madeireiras irregulares continuam operando porque há demanda de madeira no mercado. Elas não são as únicas que se beneficiam com a ineficácia da legislação. Em 2008, segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o Pará exportou mais de 2 milhões de metros cúbicos de madeira serrada, volume traduzido em cerca de US\$ 685 milhões. Os principais destinos da madeira brasileira foram União Europeia, com 643 mil metros cúbicos de madeira serrada, Estados Unidos – 192 mil m³ – e China, com quase 120 mil m³.

Na lista das maiores exportadoras



do Estado do Pará, a Vitória Régia Exportações é uma das grandes clientes da Madeball. Fundada em 2001, a empresa exportou no ano passado cerca de US\$ 9 milhões (R\$ 21,2 milhões pelo câmbio de 31 de dezembro de 2008) em madeira para 12 países, entre eles Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá, Portugal, Itália e Suécia.

A Vitória Régia baseia sua propaganda no conceito de sustentabilidade. É certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC), um dos mais importantes certificadores ambientais do mundo, que atua no Brasil como Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil). Fazem sucesso suas iniciativas como a criação do Ecoflooring, piso com três camadas de madeira. “Por conter madeira reciclada, este piso diminui em 200% o impacto ambiental, fazendo com que seu lar se destaque pela sua beleza, sem agredir a natureza”, diz o texto no site da empresa.

De acordo com a imprensa paraense, a Vitória Régia foi uma das primeiras a fechar contrato de parceria com o governo do estado e com entidades ambientais por meio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), do Ibama. A empresa e associações do Plano de Desenvolvimento Sustentável da região conseguiram autorização da Sema para explorar anualmente mil hectares florestais em áreas de assentamentos. Essa parceria visa a certificação pelo FSC das áreas exploradas e, consequentemente, a garantia da certificação da origem da madeira comercializada.

Nas casas dos famosos

Iniciativas como estas garantem à Vitória Régia clientes como a americana Lumber Liquidators, de Tom Sullivan. Ele é criador do conceito de reformas-relâmpago e reaproveitamento de materiais, vistos em diver-

sos países em programas norte-americanos de televisão como Extreme Makeover, This Old House e Dream Home, exibidos em tevês a cabo de diversos países.

O site da Lumber Liquidators informa que seus pisos podem ser encontrados nas casas de Jacqueline Kennedy Onassis, Donald Trump, Angelina Jolie, Kim Bassinger e outras personalidades. Provavelmente esses clientes finais desconhecem que a Lumber Liquidators compra madeira brasileira serrada por empresas sistematicamente envolvidas em crimes ambientais.

Questionado sobre o rastreamento da cadeia produtiva, o vice-presidente de Tecnologia, Marketing e Comercial da Vitória Régia Exportadora, Sandro Bracchi, assume que há falhas. “Quase 70% da nossa madeira tem origem controlada por nós mesmos”, admite sem constrangimento. “Se eu tivesse um plano de manejo sustentável, eu poderia ter 100% de credibilidade, mas infelizmente, não



Pátio da Rio Pardo Madeiras, empresa fantasma que vende para a Pampa Exportações

é assim que acontece”, completa.

Bracchi afirma ser possível que seus fornecedores derrubem árvores em quantidades superiores às permitidas, mas tenta se eximir da culpa alegando a dificuldade de rastrear toda a madeira e exigir que eles cumpram as limitações do plano de manejo: "Precisaríamos ter uma estrutura de fiscalização tão grande quanto o órgão do governo". Quanto à compra de madeira da Madeball, sistematicamente multada pelo Ibama, Bracchi afirma que essa empresa é um fornecedor antigo com o qual há uma questão comercial pendente. Diz que sua empresa ficou quatro meses sem comprar dela, mas recentemente voltou a comprar e está acompanhando a situação.

Sustentabilidade de fachada

Maior do que a Vitória Régia, no topo da lista de exportadores de ma-

deira paraense, a empresa Pampa Exportações (Pampex) somou US\$ 20,5 milhões em vendas para o mercado externo em 2008. Os principais compradores foram França e Estados Unidos. Outros 21 países compuseram a lista de clientes da empresa, entre eles Bélgica, Alemanha, Rússia, Japão e China.

Como tantas outras empresas paraenses, a Pampa tem os pisos como base da produção – os internos, preferência europeia, e os deques para os norte-americanos. Fundada há 22 anos, possui em sua carteira de clientes grandes referências no setor de pisos e laminados, como o grupo dinamarquês DLH Nordisk, o francês Brico Dépôt e as americanas Nova USA Wood Products e Thompson Mahogany.

A grande propaganda da Pampa, que emprega 550 funcionários diretos, encontra-se em divulgar ações de sustentabilidade. Tanto que um dos sócios, o geólogo Demorvan Tomedi,

faz parte do conselho de sustentabilidade do Banco Real. No sítio da instituição financeira na internet há elogios às ações da empresa: "...produz pisos e componentes de madeira e adota práticas sustentáveis, como a utilização de todo o resíduo da indústria para a geração de energia elétrica e reflorestamento em áreas altamente degradadas, com excelentes resultados em espécies exóticas e tropicais".

A Pampa faz parte do grupo Compradores de Produtos Florestais Certificados, que reúne empresas "comprometidas em dar preferência ao consumo de produtos provenientes de florestas certificadas", diz o estatuto. Segundo Tomedi, a exportadora também está em processo de certificação da cadeia de custódia (rastreamento da madeira proveniente de uma floresta certificada até o produto final) pelo FSC Brasil. Uma empresa exemplar, não fossem os graves problemas em sua cadeia produtiva.

Certificação questionada

Criado em 1993, o selo Forest Stewardship Council (FSC), ou Conselho de Manejo Florestal, é uma certificação reconhecida internacionalmente que busca o controle das práticas produtivas florestais por meio da valorização de produtos originados de manejo responsável de florestas. É o sistema de certificação florestal de maior credibilidade internacional e o único que consegue incorporar interesses de grupos sociais, ambientais e econômicos sob os mesmos princípios.



Com sede na Alemanha, o FSC possui hoje mais de 112 milhões de hectares e 12,7 mil cadeias produtivas certificadas em 81 países. Embora a rigidez nos processos de auditoria e o acompanhamento constante dos processos certificados tenham dado ao FSC credibilidade em todo o mundo, o uso do selo pelas empresas em campanhas de marketing tem se mostrado o calcanhar-de-aquiles da certificação. Não é raro ver empresas baseando campanhas institucionais inteiras no selo FSC, quando na verdade possuem certificadas apenas uma ou duas cadeias de seus produtos.

“O uso indiscriminado do selo pelas empresas é um problema que o sistema precisa encarar e de fato buscar mecanismos para solucionar”, afirma o presidente do conselho diretor do FSC Brasil, Rubens Gomes. “Há assembleias e várias moções na tentativa de se ter um controle maior dos processos, assim como vários segmentos estão fazendo o monitoramento para que isso não venha fragilizar o controle do sistema”.

Segundo Gomes, apesar de a propaganda ser permitida, o uso inadequado do selo em campanhas pode levar à suspensão temporária e até à retirada sumária da certificação. O mesmo vale para casos em que a empresa certificada admite problemas condenados pelo conselho em cadeias não certificadas.

“A mensagem passada pelo selo envolve a obediência à legislação do país, o combate ao trabalho escravo, o combate ao trabalho infantil, a não degradação das florestas”, explica. Ele conta que as operações avaliadas são extremamente rigorosas: “Quando surgem indícios de irregularidade, há mecanismos eficazes de monitoramento que podem identificá-la e, se necessário, punir a empresa”. O presidente do FSC Brasil garante que todas as empresas certificadas apontadas por esta reportagem serão investigadas



A Pampa é hoje uma das mais importantes clientes da Madeball, que inclusive já foi autuada algumas vezes por causa de carregamentos irregulares para a exportadora.

Outro fornecedor irregular é a Rio Pardo Indústria Comércio de Madeiras Ltda. Em visita ao pátio da madeireira em Anapu, foram encontrados diversos lotes que estavam destinados à Pampa. Segundo funcionários da Rio Pardo, há uma pessoa a serviço da Pampa Exportações que visita regularmente o pátio da madeireira.

O problema da Rio Pardo é que ela formalmente não existe. Em pesquisa junto aos órgãos que fiscalizam e regulam empresas no estado, foi localizado o nome da empresa apenas na Junta Comercial do Pará. No órgão, constam o nome, o endereço e a inscrição estadual, mas falta o mais importante: o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Segundo a Junta Comercial, embora a Rio Pardo esteja ativa em seu sistema, sem o CNPJ ela não é autorizada a comercializar, armazenar ou transportar produto algum, uma vez que todos os demais órgãos responsáveis pela expedição das autorizações necessitam desse cadastro.

Tomedi demorou quase um mês para se manifestar. Só o fez depois

que a reportagem entrou em contato com o Banco Real, onde é conselheiro da área de sustentabilidade. Ele negou qualquer relação com a Rio Pardo Madeiras. Foram então enviadas a ele, por e-mail, fotos do pátio da madeireira, com lotes de tábuas endereçadas à Pampa. Sua resposta por e-mail:

A empresa Rio Pardo Madeiras não consta em nenhum registro nosso.

Não encontramos nenhum registro da existência da mesma junto aos órgãos públicos.

Entramos em contato com pessoas conhecidas na região de Anapu e ninguém ouviu falar nesta empresa.

A Pampa não tem e nunca teve funcionário ou representante morando em Anapu ou cidades próximas.

Esta foto nos surpreende e nos preocupa, pois desconhecemos totalmente a existência da mesma. Pode-se observar nesta foto que a madeira é de 2ª qualidade, totalmente fora do padrão de matéria-prima usada na Pampa.

Com toda certeza, o nome Pampa, usado nesta madeira, é indevido e deve ter sido usado para encobrir alguma pilantragem. Esta situação é extremamente grave e nos preocupa

muito.

Mais uma vez gostaria de enfatizar que a Pampa tem um perfil e um trabalho voltado para legalidade e sustentabilidade. Temos um trabalho forte junto aos nossos fornecedores para que toda a cadeia produtiva seja legal e sustentável.

A foto enviada à Pampa foi tirada às 14h56min. do dia 3 de setembro de 2008 pelo repórter fotográfico Sérgio Vignes. Na ocasião, acompanhavam-no o gerente do Ibama em Altamira, Roberto José Scarpari, dois agentes do setor de fiscalização do órgão federal e o jornalista Marques Casara. Quem alertou o fotógrafo sobre a madeira destinada à Pampa foi o próprio gerente do Ibama, após interrogar os funcionários e inspecionar a carga e a documentação.

Por outro lado, a Pampa Exportações confirma ter entre seus fornecedores a empresa Madeball, alegando que, nos sistemas dos órgãos de fiscalização, não há nada contra a empresa. Informado sobre as multas e autuações recebidas pela Madeball nos últimos anos, Tomedi é enérgico em acusar os órgãos ambientais de omitirem informações essenciais às exportadoras. “Seria uma grande burrice aceitar uma madeira de origem





Madeira ilegal é preparada para o beneficiamento

ilegal sabendo disso”, diz. “O grande problema é que a gente nunca sabe, e acaba descobrindo só depois as falcatruas que o fornecedor faz”.

Questionado sobre a responsabilidade que exerce na cadeia produtiva, o proprietário da Pampa Exportações não se exime da culpa, mas acusa o Estado de negligência, por multar no final da cadeia produtiva e não prender os infratores na origem do problema. “É a mesma coisa que deixar o traficante livre e prender todos os usuários de drogas – isso é a solução?”, questiona.

Ilegalidade justificada

O dono da exportadora Lacex Timber, Luís Cláudio Andrade, reclama que dois órgãos ambientais omitem informações aos empresários: “Como pode uma empresa em processo de embargo estar apta no sistema? Como a empresa, enquanto espera pra ser julgada, não está bloqueada?”, pergunta. “Quando eu compro madeira de um fornecedor, peço o número da empresa na Sema e entro no Cefprof [Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará]. Se o Ibama e a Sema me dizem que a empresa está OK, é porque ela está apta a vender”, justifica. “Eu não tenho o poder de polícia e não vou ficar indo a todos os lugares onde eu compro madeira pra me certificar pessoalmente”.

Contrariando o discurso do seu dono, o site da empresa destaca, logo na abertura: “A Lacex Timber tem o maior cuidado na escolha de seus fornecedores, garantindo a completa legalidade da sua matéria-prima”. Embora não esteja entre as maiores empresas do estado, a Lacex Timber exportou, em 2008, 8,9 mil metros cúbicos de madeira beneficiada para 21 países, principalmente para Estados Unidos, França, Holanda e China. En-

tre os clientes de destaque estão as americanas Cecco Trading, certificada FSC, e Thompson Mahogany.

Assim como a Pampa, a Lacex Timber está na lista de clientes da Madeball. Questionado sobre a legalidade da madeira fornecida, Andrade diz saber das irregularidades da empresa, mas afirma que continuará comprando enquanto a madeireira estiver liberada nos sistemas de fiscalização. “A Madeball me fornece madeira”, diz. “Se você verificar, ela está liberada no Sisflora [Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente] e no Ibama”.

“As empresas sempre vêm com a desculpa de que a documentação dos fornecedores está toda OK; que a madeira pode vir de um plano de manejo clandestino, mas que, na nota, está tudo OK. Quem investe comprando madeira algo em torno de R\$ 300 mil, R\$ 500 mil não tem condições de enviar alguém para conferir essa compra? Eu acho isso intolerável”, rebate o superintendente do Ibama no estado, Aníbal Picanço. “O monitoramento é obrigação do órgão ambiental, mas as empresas também têm que se guarnecer de alguma ga-

rantia de que a madeira não vai dar problema”.

A Sema admite que nem todas as informações estão à disposição dos empresários. “Ouvimos bastante a queixa de que as empresas não têm informações sobre os fornecedores”, diz o coordenador de fiscalização, Bruno Versiani. “Eles têm acesso parcial através do Sisflora, onde podem, por exemplo, saber quem é o fornecedor”. Versiani conta que em breve o órgão irá divulgar listas para as pessoas terem um link com o nome dos fornecedores irregulares, acessível na hora da compra da madeira.

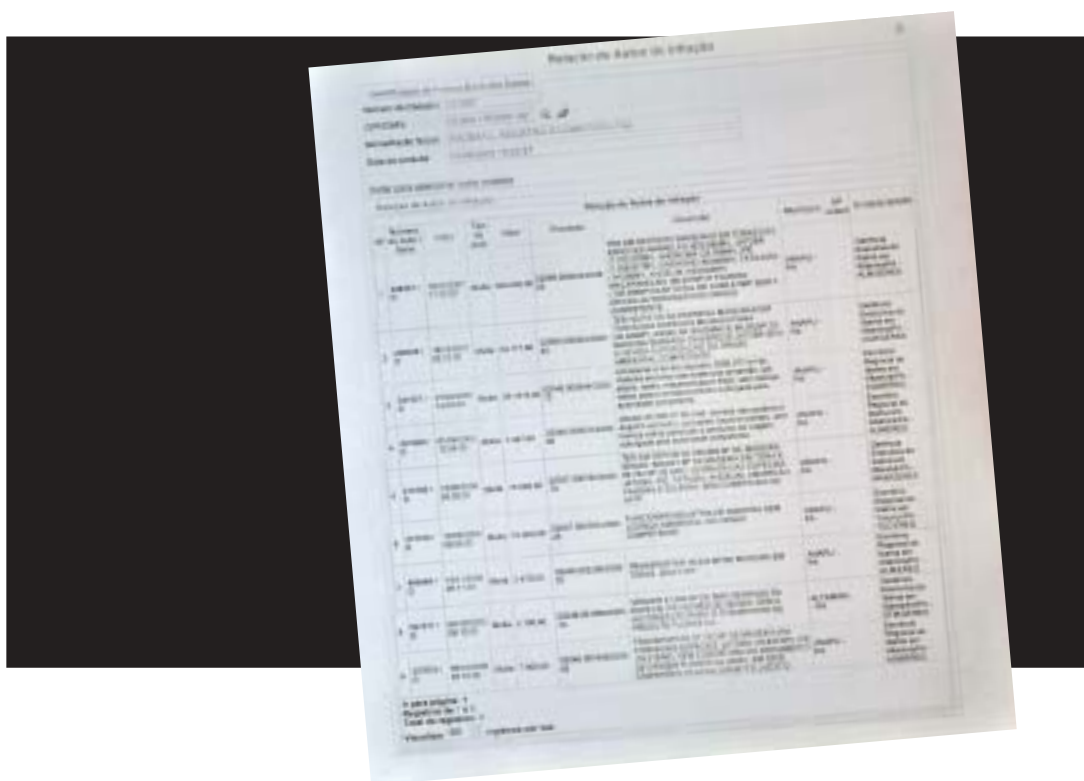
Segundo a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), essa melhoria no sistema e a divulgação das empresas com problemas ambientais deveria ter sido resolvida ainda em 2008. Mudanças no sistema federal e no sistema estadual foram previstas no Pacto pela Madeira Legal e Sustentável, firmado em julho de 2008, entre o setor produtivo, o governo do Pará e o Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, até o fechamento desta reportagem, Ibama e Sema não haviam feito as mudanças previstas.

Medidas internacionais

Enquanto a ponta inicial da cadeia produtiva da madeira sofre com corrupção e desrespeito às leis ambientais, a ponta final, dos consumidores internacionais, tenta amenizar o problema da aquisição de madeira ilegal.

Nos Estados Unidos, comprador de 25% da madeira extraída na Amazônia, está em vigor desde setembro de 2008 uma lei que proíbe a comercialização de madeira ilegal no país. Aprovada pelo Congresso americano em junho, a legislação inclui também produtos derivados, como móveis e papéis. De acordo com o texto da lei, passa a ser uma violação à lei federal americana a "importação, exportação, transporte, venda, recebimento, aquisição ou compra" de qualquer planta que tiver sido "retirada, possuída, transportada ou vendida" em violação às leis estrangeiras.

A União Europeia, maior compradora de madeira brasileira, anunciou em maio de 2003 o Plano de Ação para Cumprimento da Legislação, Governança e Comércio no Setor Florestal (FLEGT, na sigla em inglês). O plano inclui investimentos na melhoria da administração dos setores florestais dos países produtores,



Lista das multas aplicadas a Madeball



Gerente do Ibama de Altamira (PA) inspeciona madeira apreendida

gepa S.A., holding familiar de investimentos também controlada pela família Duval-Fleury, são geridos fundos de cerca de €200 milhões (R\$ 563,7 milhões).

Segundo os arquivos da Sema, a Interwood Brasil, subsidiária do grupo, possui licença para funcionamento desde 2004. De acordo o Ministério Público do Pará, atualmente, a empresa responde judicialmente por crimes contra a flora, contra o meio ambiente e o patrimônio genético, falsificação de documento público e uso de documento falso. Mesmo assim, também está ativa no sistema da Sema, com Licença de Operação, para beneficiamento de madeira, válida até novembro de 2010.

Se analisada a cadeia de custódia da Interwood Brasil, a situação fica ainda mais grave. A exportadora possui, entre seus fornecedores, a empresa Comabil Indústria e Comér-

cio de Madeiras Biancarde Ltda. Seu proprietário, José Biancarde, responde judicialmente por crime ambiental, trabalho escravo, retirada de madeira em terra indígena, invasão de terras públicas e falsidade ideológica. O madeireiro foi denunciado à Justiça Federal de Altamira, Oeste do estado, também por crime contra a organização do trabalho.

Em abril de 2008, o Ibama encontrou fraude nas autorizações de transporte de produto florestal apresentadas pela Comabil. Em julho, a empresa foi autuada pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho por manter 15 trabalhadores em condição análoga à de escravos. Biancarde também foi acusado de agredir fisicamente seus trabalhadores e ameaçá-los e as suas famílias de morte. Se condenado e as penas por esses crimes forem somadas, Biancarde, fornecedor da Interwood,

pode pegar até 17 anos de prisão.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Exterior, em 2008 a Interwood Brasil exportou madeira para Estados Unidos, Martinica, China, França, Portugal, Noruega, Bélgica, Portugal e Grécia, entre outros países.

Procurada pela reportagem por quase um mês, a subsidiária brasileira do grupo limitou-se apenas a informar, por meio de uma auxiliar administrativa, que estava, na época (abril de 2009), impedida pelo Ibama de exportar. Carl Borg, responsável pela Interwood Brasil, não quis conceder entrevista. O grupo francês Interwood S.A. foi contatado, mas também não respondeu.

Direitos dos trabalhadores

Segundo as confederações que representam os trabalhadores em seto-



Madeira retirada ilegalmente é beneficiada no interior do Pará

res econômicos atuantes na Amazônia, a exploração ilegal de madeira reflete, também, na exploração do trabalhador. Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (Contac-CUT), Siderlei Silva de Oliveira, é necessário que confederações e sindicatos se organizem melhor e encabezem a luta por direitos, inclusive em regiões remotas.

O presidente da Confederação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticon-CUT), Waldemar de Oliveira, afirma que a Conticom, desde a sua fundação, em 1992, discute a importância do manejo e da certificação florestal como

forma de combate ao desmatamento e à venda ilegal de madeira: “O governo está adotando medidas que havíamos encaminhado há muito tempo, como a utilização de madeira oriunda de manejo florestal na construção civil e no setor imobiliário”.

Desdobramentos

Todas as empresas citadas nesta reportagem foram contatadas. Algumas trataram o assunto com descaso, outras ameaçaram com processos judiciais, outras demonstraram preocupação.

A empresa J.Gibson McIlvain, cliente da Interwood Brasil, declarou por e-mail que nunca compraria material ilegal, que faz grande esforço para

garantir a origem de sua madeira e que certamente irá analisar o caso.

Em nota enviada por e-mail, o presidente da Great Atlantic International, Richard McIntosh, defendeu que sua fornecedora Lacex Timber nunca esteve envolvida com retirada ilegal de madeira, nunca foi flagrada com posse de documentos ilegais para exportação de produtos e que a empresa nunca foi proibida de exportar qualquer produto de madeira de origem brasileira.

Também em nota, o Banco Real limitou-se a dizer que “não tem elementos para se manifestar sobre os fatos imputados ao Sr. Demorvan Tomedi”.

As empresas BRBR e Robinson Lumber preferiram comentar o assunto apenas depois de terem acesso à reportagem publicada.

Madeireiras driblam a fiscalização e vendem "legalmente" madeira extraída de áreas de conservação, territórios indígenas e áreas com falsos planos de manejo. Confira a rota que transforma madeira irregular em móveis, pisos e utensílios de alto padrão dentro e fora do Brasil



EMPRESAS-FANTASMA

As empresas que retiram madeira devem possuir um plano de manejo. A partir de análises feitas pelo poder público, elas ganham "créditos" indicando quanto podem retirar em determinado tempo. Empresas-fantasma são abertas com endereços falsos e recebem autorização para retirar e vender madeira. Nos dois primeiros meses de 2009, o Ibama identificou 50 madeireiras assim.

CRÉDITOS FORJADOS

A corrupção de funcionários de órgãos de fiscalização permite que os dados sobre as áreas de exploração sejam alterados. Surgem declarações sobre madeiras que não existem, espécies são substituídas e o volume da floresta real é aumentado. Aparecem créditos virtuais, que autorizam legalmente as empresas a derrubar um número superior que o permitido.



DERRUBADAS EM ÁREAS PROIBIDAS

A madeira é retirada de lugares diferentes dos declarados, principalmente de áreas de preservação permanente, áreas sobreguardas e reservas indígenas. Caso não aconteça o flagrante no momento e no local do corte, as empresas declaram que retiraram madeira dos locais onde possuem créditos.



VENDA ILEGAL DE CRÉDITOS

Uma empresa compra em carregamento de madeira de outra, mas a única mercadoria entregue é o documento, onde estão falsificados os valores, a quantidade e as espécies em trânsito. Caminhões carregados de madeira de outra origem transitam com um papel que garante a aparente legalidade da operação. Para o Ibama, 60% da madeira no Pará é "inquantada" assim.



COMÉRCIO EXTERIOR

De toda a madeira retirada e processada no Pará, estima-se que apenas 10% permaneçam no Brasil. Estados Unidos e União Europeia são os grandes compradores da madeira amazônica e a China vem ganhando destaque.



O mercado consumidor

DLH Nordisk

Filial americana do grupo dinamarquês de transporte marítimo e madeira Dalhoff, Larsen e Horneman (DLH), fundado em 1908. Em janeiro de 2000, o grupo adquiriu a EAC Timber e formou uma das maiores companhias mundiais de comercialização independente de madeira. As fontes de matéria-prima do grupo estão na América do Sul, na África, na Europa Ocidental e no Leste Asiático. O grupo DLH também possui filiais na Bélgica (Indufor), França (Induboiss Nordisk e Bois), Holanda (Indufor) e Reino Unido (DLH Timber). A característica principal do grupo é a compra de madeira de exportadores, ao invés da realização da exportação em si. Segundo o Greenpeace, o principal mercado para a madeira comprada pelo grupo DLH na Amazônia é composto por França, Dinamarca, Portugal, Espanha, Holanda, Tailândia, Filipinas, China e Estados Unidos. O grupo já foi denunciado pelo Greenpeace e pela ONG Forests Monitor por comercialização de madeira ilegal.

Lumber Liquidators

A norte-americana Lumber Liquidators tem dez anos de existência e está hoje entre as maiores empresas de venda direta de madeira ao consumidor final. Com 140 lojas e mais de 500 empregados, vale atualmente mais de US\$ 250 milhões (R\$ 523,9 milhões). O proprietário, Tom Sullivan, teve faturamento líquido em 2007 de US\$ 11 milhões e, em 2008, de cerca de US\$ 20 milhões. O nome da empresa é visto nacionalmente no programa Dream Home, do canal Home and Garden Television, e semanalmente nos programas Extreme Makeover: Home Edition e This Old House.

Brico Dépôt

A marca Brico Dépôt é uma das mais presentes nas lojas francesas de um segmento de mercado batizado de "Faça você mesmo". Ao lado da empresa Castorama, também do mesmo segmento, está entre as mais importantes do grupo inglês Kingfisher, que também possui as marcas B&Q, Screwfix, Koçtas, e detém 20% das ações da alemã Hornbach. A empresa atua na França, Espanha e Polônia. O grupo Kingfisher atua em oito países e é líder de mercado no Reino Unido, Polônia, Itália, Turquia e China. Tem mais de 800 lojas, 70 mil funcionários e seis milhões de consumidores por semana. Kingfisher fechou o ano de 2008 com vendas superiores a US\$ 13,5 bilhões (R\$ 28,3 bilhões).

Nova USA Wood Products

A norte-americana Nova USA Wood Products é especializada em importação direta de madeira brasileira. Com cadeia de custódia certificada pelo FSC, faz parte da National Wood Flooring Association (Associação Nacional de Pisos de Madeira), da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtos de Madeira) e da North American Wholesale Lumber Association (Associação Norte Americana de Vendedores de Madeira Serrada por Atacado). Compra madeira amazônica diretamente nos estados de Rondônia, Amazonas e Pará. A empresa também possui uma filial em Curitiba (PR), que negocia produtos no Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru.

Thompson Mahogany Company

Fundada em 1843, a norte-americana Thompson Mahogany Company concentra a compra de madeira em países da América do Sul, América Central, África e Austrália. A empresa é membro da National Hardwood Lumber Association (Associação Nacional de Madeira de Lei Serrada) e da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtos de Madeira). Recentemente teve a cadeia de custódia certificada pelo programa SmartWood, reconhecido pelo FSC pela certificação de florestas e de produtos manufaturados.

Redwood Empire

O grupo Redwood Empire engloba a também norte-americana Pacific States Industries. Juntas, as empresas distribuem madeira para todas as regiões dos Estados Unidos. Suas vendas anuais somam, em média, mais de US\$ 100 milhões (R\$ 209,6 milhões). Atualmente as empresas possuem cerca de 280 mil quilômetros quadrados de madeira plantada nas regiões central e norte do estado da Califórnia.

Cecco Trading

A Cecco Trading, divisão do grupo Timber Holdings, está entre as maiores compradoras de ipê brasileiro. A empresa possui certificação FSC e investe na divulgação de ações de sustentabilidade, como aquisição de madeira certificada e apoio a programas de baixo impacto ambiental.

Confira, a seguir, o perfil de algumas das maiores compradoras de madeira brasileira vendida pelas empresas Pampa Exportações, Vitória Régia, Lacex Timber e Interwood Brasil, beneficiadas por desmatamento ilegal. Algumas compram de mais de uma destas exportadoras.

Bois Aise of Montreal

Fundada em 1986, em Montreal, no Canadá, também atua nos Estados Unidos e possui escritório na China. Seus principais fornecedores são Brasil e China, enquanto o mercado consumidor é predominantemente norte-americano.

Great Atlantic International

Com vendas anuais estimadas em US\$ 100 milhões (R\$ 209,6 milhões), a norte-americana Great Atlantic International, fundada em 1998, está entre as líderes na manufatura de madeira. A empresa foi denunciada por alimentar o mercado de exploração ilegal de madeira na Nicarágua, no estudo Economic and Environmental Impact of the Forest Emergency (Impacto econômico e ambiental da floresta em estado de emergência), publicado pelo Center of International Policy (Centro de Política Internacional). Até o fechamento desta reportagem, a empresa também constava na lista de devedores de imposto de renda no estado de Massachusetts.

Robinson Lumber Company

Fundada em 1893 no estado norte-americano de Mississippi, a Robinson Lumber Company possui escritórios nos Estados Unidos, Bélgica, Honduras e três no Brasil – em Belém, Breves (PA) e Curitiba. Atualmente vende madeira para mais de 70 países. A empresa é membro da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtos de Madeira) e apoiadora do International Tropical Timber Organization (Organização Internacional de Madeira Tropical). Presente no Brasil desde 1960, possui 4,3 mil hectares de florestas na Ilha de Marajó (PA).

Moxon Timbers

A australiana Moxon Timbers foi fundada em 1903. Atua nos Estados Unidos, Ásia, América Latina e Nova Zelândia. Com cadeia de custódia certificada pelo FSC, a empresa possui, ainda, escritórios na França e na China.

Advantage Trim & Lumber Co

Fundada em 1992, tem como lema madeira de melhor qualidade a menor preço possível. Para isso, a companhia norte-americana importa apenas de países em desenvolvimento.

J. Gibson McIlvain Company

Empresa norte-americana certificada com o selo FSC e membro da International Wood Products Association (Associação Internacional de Produtores de Madeira). Tem vendas anuais entre US\$ 25 e 50 milhões (R\$ 52,4 a R\$ 104,8 milhões) e investe forte na propaganda da sustentabilidade.

Aljoma Lumber Inc.

Desde 1976 a Aljoma Lumber trabalha com importação e exportação de madeira nos Estados Unidos. Seus principais clientes são lojas de construção, distribuidores e fabricantes de móveis e utensílios de madeira. A empresa distribui madeira por todos os Estados Unidos e Canadá e exporta para o Caribe e a América Central, embarcando de portos nos Estados Unidos, na América do Sul e na China.

Brazilian Wood Depot

Empresa norte-americana que há mais de três décadas importa madeira brasileira e a distribui nos Estados Unidos. O fundador e presidente, Eric Groover, denomina-se, no site da própria empresa, como “um responsável capataz das florestas ao redor do mundo”.

Appalachian Flooring

Empresa canadense fundada em 2001 que comercializa madeira nos Estados Unidos e no Canadá. Membro da World Floor Covering Association (Associação Mundial de Pisos e Revestimentos) e da National Wood Flooring Association (Associação Nacional de Pisos de Madeira), possui produção anual de US\$ 20 milhões (R\$ 41,9 milhões) em pisos.

BRBR

A BRBR é a principal representante da exportadora Vitória Régia no Reino Unido. Por isso, toda a propaganda da empresa é baseada nas ações da exportadora brasileira, como o conceito de ecoflooding e o foco em sustentabilidade.

TW Wood Products

Fundada no estado americano no Texas, em 2005, a TW Wood Products tem a África e a América do Sul como principais fornecedores de matéria-prima para pisos e produtos manufaturados.